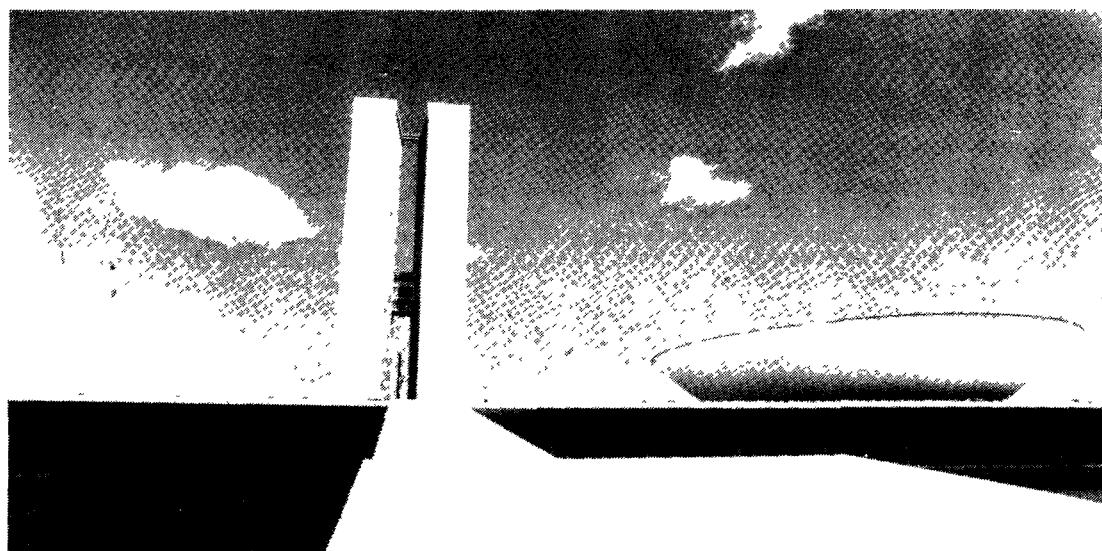


República Federativa do Brasil DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVIII — Nº 073

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 23 DE JUNHO DE 1983



CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 191.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE JUNHO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Segundo aniversário do Jornal da AESP — órgão oficial da Associação das Emissoras de Rádio de São Paulo.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição n.º 2/83, que altera o art. 98 da Constituição Federal. Discussão encerrada, em primeiro turno, ficando sua votação adiada por falta de quorum.

Proposta de Emenda à Constituição n.º 4/83, que dispõe sobre os reajustes dos vencimentos dos funcionários públicos. (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição n.º 2/83). Discussão encerrada, em primeiro turno, ficando sua votação adiada por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 192.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE JUNHO DE 1983

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOSÉ GENOINO — Carta aberta dirigida ao Senhor Presidente da República por comissão representativa de funcionários públicos federais, referente a reivindicações da classe.

DEPUTADO GEOVANI BORGES — Demissões de caráter político, que vêm ocorrendo por parte do Governador do Amapá, atingindo servidores daquele Território.

DEPUTADO ARTUR VIRGÍLIO NETO — Lançamento de livro de autoria de Aureo Nonato, de análise da Amazônia no período áureo da borracha.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Considerações em defesa de atendimento de medidas que favoreçam os transportadores rodoviários de cargas.

DEPUTADA LÚCIA VIVEIROS — Inclusão do nome de S. Ex.ª na "Chapa Participação" que disputa a eleição do Diretório Nacional do PDS.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Visita do Presidente do PMDB a Teresina, objetivando intensificar a campanha em prol das eleições diretas.

PARECER N.º 67, DE 1983-CN

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 68, de 1983-CN (n.º 168/83, na origem), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.021, de 18 de maio de 1983, que "altera a legislação do imposto de renda aplicável aos rendimentos de depósitos em cadernetas de poupança do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras provisões".

Relator: Deputado José Thomaz Nonô.

O Senhor Presidente da República, nos termos da legislação em vigor, submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei n.º 2.021, de 18 de maio de 1983.

O diploma legal em tela contempla alterações na legislação relativa ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza incidente sobre lucros obtidos em aplicações em Caderneta de Poupança do Sistema Financeiro da Habitação, bem como no tratamento jurídico tributário dos aumentos de capital de empresa estrangeira destacado para filiais instalados no País.

2. No que concerne aos depósitos em Caderneta de Poupança, o Decreto isenta de Imposto sobre a Renda os juros e dividendos auferidos por pessoa física, calculados sobre o saldo médio de até 2.000 Unidades Padrão de Capital (UPCs).

Excedido este limite, passam a tributáveis esses mesmos juros e dividendos, incidindo o imposto na fonte pagadora, sob alíquota de 18% (dezoito por cento).

Revoga-se, outrossim, o benefício contido na alínea "b", item II, do art. 2.º do Decreto-lei n.º 1.841/80, ou seja, a faculdade de a pessoa física deduzir, além de 4% (quatro por cento) sobre o saldo médio de até 1.000 UPCs, mais 2% (dois por cento) sobre o que ultrapassar este patamar.

3. Quanto à alteração no tratamento legal nos aumentos de capital de filiais de empresas estrangeiras no país, o Legislador estende a estas pessoas jurídicas o privilégio instituído pelo Decreto n.º 1.994, de 29 de dezembro de 1982, ou seja, concede crédito financeiro aos aumentos de capital destacado para a filial de empresa estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, o que se encontrava vedado na legislação anterior.

É o relatório;

EXPEDIENTE

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIARIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície.

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

DEPUTADO CARDOSO ALVES — Sonegação ao fisco que estaria ocorrendo em transação de clube italiano na aquisição de passe de jogador de futebol brasileiro.

DEPUTADO SÉRGIO LOMBA — Inspeção determinada pelo TCU no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Edu-

cação do MEC, visando a apuração de denúncias de irregularidades na concessão de bolsas de estudo.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às

11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.2.3 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Haroldo Lima e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

2.3 — ENCERRAMENTO**passo ao voto:**

4. As recentes atribulações do Tesouro Público, ou melhor, a agudização de velhos problemas ocorrida recentemente, determinou imediatas providências do Legislador Central. A prevalência dos saques sobre os depósitos tornou-se constante tanto no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, quanto nas Cadernetas de Poupança, pondo em risco todo o programa habitacional que se alicerça nestes pilares.

Assim, as aplicações financeiras com corregão monetária pós-fixada, tem seus juros tributados nas fontes, facultando-se ao investidor considerá-los como de incidência exclusiva na fonte ou ser incluídos na declaração de rendimentos. Já os juros das Cadernetas de Poupança, por não se sujeitarem ao regime de desconto na fonte, submetem-se ao imposto progressivo. No caso de investimento acima de 2.000 UPCs, a tributação torna-se sensivelmente gravosa em relação a outros títulos e papéis.

5. O Legislador optou, acertadamente, por modificar o tratamento fazendo incidir alíquota de 18% (dezoito por cento) sobre a parcela do saldo médio excedente a 2.000 UPCs, equiparando-se a tributação à dos demais rendimentos pós-fixados. Concomitantemente a pura e simples isenção concedida na faixa até 2.000 UPCs é obviamente atrativo da maior relevância, fazendo inclusive justiça fiscal, ao privilegiar o pequeno poupar/investidor, verdadeiro sustentáculo de todo o SFH.

Entendeu o Legislador, ainda, que as dissensões supra-analisada são mais que suficientes para, no momento, se compor a atratividade e competitividade das Cadernetas de Poupança. Daí por que, como corolário das proposições expressas nos arts. 1.º e 2.º, foi suprimida a até então vigente

dedução autorizada de 2% sobre o saldo médio excedente a 1.000 UPCs.

6. Declarando-se manso, o "Leão" já invadiu hoje todos os meios de comunicação, apregoando as vantagens tributárias que o diploma legal realmente atribui à Caderneta de Poupança.

7. Outro ponto a considerar é o da atribuição de crédito anteriormente argüida.

Data vénia entendo que o Decreto peca formalmente em seu § 4.º, ao incluir por certo como "outras providências" abordagem de problema completamente distinto do tributo aplicável aos rendimentos de Cadernetas de Poupança, como é o de atribuição de crédito financeiro para aumento de capital destacado a filiais de empresas financeiras no país.

No mérito, entretanto, é cristalina a intenção do Legislador Central estimular o ingresso de moeda estrangeira sob a forma de capital investido, contribuindo para o melhor desempenho do balanço de pagamentos do País. Translúcida a razão, e justo é o objetivo perseguido.

Equipara-se, assim, para esta finalidade a filial de empresa estrangeira que teve capital destacado pela matriz, às restantes pessoas jurídicas na redação original do Decreto-lei n.º 1.994, de 29 de dezembro de 1982.

Assim sendo, com a ressalva formal já referida, parece-me sobejamente demonstrado o interesse público contido no diploma legal, bem como satisfeitos os requisitos do art. 55 da Constituição Federal, que embasaram a opção pela via legislativa do Decreto-lei.

Pelo exposto, voto pela aprovação sob a seguinte forma:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 69, DE 1983-CN

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 2.021, de 18 de maio de 1983, que "altera a legislação do imposto de renda aplicável aos rendimentos de depósitos em cadernetas de poupança do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 2.021, de 18 de maio de 1983, que "altera a legislação do imposto de renda aplicável aos rendimentos de depósitos em cadernetas de poupança do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências".

Sala das Comissões, 16 de junho de 1983.
 — Senador Mauro Borges, Presidente —
 Deputado José Thomaz Nonô, Relator —
 Deputado Sérgio Cruz, vencido — Deputado Ciro Nogueira — Senador Almir Pinto —
 Senador José Ignácio, vencido — Deputado Augusto Trein — Deputado Siegfried Heuser, vencido — Senador José Lins — Deputado Wilson Falcão — Senador Hélio Gueiros, vencido — Senador João Castelo.

Ata da 191.ª Sessão Conjunta, em 22 de junho de 1983**1.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura**

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

AS 9 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco —

Murilo Badaró — Alfredo Campos — Ama-
ral Furlan — Fernando Henrique Cardoso —
Benedito Ferreira — Henrique Santillo —
Mauro Borges — Gastão Müller — José
Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Ca-
margo — Álvaro Dias — Jorge Bornhausen —
Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octá-
vio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluizio Bezerra —
PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geral-
do Fleming — PMDB; José Mello — PMDB;
Nossa Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB;
Willy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Lins
de Albuquerque — PDS; Josué de Souza —
PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bit-
tencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse —
PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Ra-
chid — PDS; Mário Athaíde — PMDB; Ola-
vio Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB;
Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Car-
valho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB;
Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage —
PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson
Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia
Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS;
Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió —
PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho —
PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira —
PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Euri-
co Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS;
João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo —
PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar
Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS;
Samy Filho — PDS; Vieira da Silva —
PDS; Vítor Trovão — PDS; Wagner Lago —
PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira —
PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas
Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Lud-
gero Raulino — PDS; Milton Brandão —
PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz —
PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques —
PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas
Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno —
PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS;
Flávio Marceilio — PDS; Furtado Leite —
PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo San-
ford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB;
Leomar Belém — PDS; Lúcio Alcântara —
PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo
Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS;
Moyses Pimentel — PMDB; Orlando Be-
zerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes
de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa —
PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara —
PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Hen-
rique Eduardo Alves — PMDB; Jesse Freire —
PDS; João Faustino — PDS; Vingt Ro-
sado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campes —
PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio
Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB;

Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro —
PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino —
PMDB; José Maranhão — PMDB; Ray-
mundo Asfora — PMDB; Tarcisio Buriti —
PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Antônio Farias —
PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos
Wilson — PMDB; Cristina Tavares —
PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernan-
do Lyra — PMDB; Geraldo Melo —
PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Ino-
cêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos —
PMDB; João Carlos de Carli — PDS;
José Carlos Vasconcelos — PMDB; José
Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra —
PDS; José Moura — PDS; Mansueto de La-
vor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nil-
son Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS;
Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Cor-
rêa — PDS; Ricardo Fluza — PDS; Roberto
Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB;
Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão —
PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo
Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô —
PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson
Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Fran-
co — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilton
Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS;
Seixas Dória — PMDB; Walter Batista.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Ma-
galhães — PDS; Antônio Osório — PDS;
Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa —
PDS; Domingos Leonelli — PMDB; El-
quisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco —
PDS; Eraldo Dantas — PDS; Felix Men-
donça — PDS; Fernando Gomes — PMDB;
Fernando Magalhães — PDS; Fernando
Sant'Anna — PMDB; França Teixeira —
PDS; Francisco Benjamim — PDS; Fran-
cisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia —
PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo
Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Ho-
rácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João
Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB;
José Lourenço — PDS; José Penedo —
PDS; Jutahy Júnior — PDS; Lourival Lomanto —
PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo
Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS;
Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano —
PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo
Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Vir-
gílio de Senna — PMDB; Wilson Fal-
cão — PDS.

Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães —
PMDB; José Carlos Fonseca — PDS;
Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro —
PMDB; Mirthes Bevilacqua — PMDB; Pe-
dro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS;
Theodorico Ferrão — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo
Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS;
Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto —
PDS; Arlindo Teles — PDT; Arolde de
Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT;
Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha —
PMDB; Celso Peçanha — PDS; Clemir Rá-
mos — PDT; Darcilio Ayres — PDS; Daso
Coimbra — PMDB; Délio dos Santos —
PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduar-
do Galil — PDS; Fernando Carvalho —
PDS; Figueiredo Filho — PDS; Francisco

Stuart — PTB; Gustavo Faria — PMDB;
Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Or-
nellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT;
Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB;
Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT;
Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões —
PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Mar-
celo Medeiros — PMDB; Márcio Braga —
PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário
Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS;
Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medi-
na — PDS; Saramago Pinheiro — PDS;
Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery —
PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão
Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT;
Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira —
PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de
Andrade — PDS; Carlos Cotta — PMDB;
Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi —
PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Cas-
tejão Branco — PDS; Christovam Chia-
radia — PDS; Emílio Gallo — PDS;
Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto —
PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Ma-
galhães — PDS; João Herculino — PMDB;
Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas —
PMDB; José Aparecido — PMDB; José
Carlos Fagundes — PDS; José Machado —
PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José
Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulis-
ses — PMDB; Juarez Batista — PMDB;
Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone —
PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini —
PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal —
PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel
Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima —
PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oli-
veira — PMDB; Mauricio Campos — PDS;
Melo Freire — PMDB; Milton Reis —
PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nyl-
ton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS;
Oswaldo Murtinho — PMDB; Ozanan Coelho —
PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul
Belém — PMDB; Ronaldo Canedo — PDS;
Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara —
PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson
Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval —
PMDB; Airton Soares — PT; Alberto
Goldman — PMDB; Alcides Franciscato —
PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio
Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Car-
doso Alves — PMDB; Darcy Passos —
PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB;
Djalma Bom — PT; Diogo Nomura —
PDS; Doreto Campanari — PMDB; Edu-
ardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam
Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB;
Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins —
PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Fran-
cisco Amaral — PMDB; Francisco Dias —
PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone
Righi — PTB; Glóio Júnior — PDS; Herbert
Levy — PDS; Irma Passo-
ni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB;
Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB;
João Cunha — PMDB; João Herrmann —
PMDB; José Camargo — PDS; José Genó-
no — PT; Maluhy Neto — PDS; Marcelo
Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB;
Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato —
PMDB; Mendes Botelho — PTB; Men-
donça Falcão — PTB; Moacir Franco —
PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo —
PTB; Octávio de Almeida — PMDB;
Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur —
PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph
Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS;
Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollem-
berg — PMDB; Ruy Côdo — PMDB; Sal-
les Leite — PDS; Salvador Julianelli —
PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro

Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristiano Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Mamedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Malchner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amorim — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wieden — PMDB; Odilon Salomão — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borge — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 464 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Muita gente — mas muita gente, mesmo — acredita que a Televisão se inscreve como força incomparável no mundo das telecomunicações, de tal sorte e a tal ponto que tudo domina.

Mas não é verdade. Negar a força da Televisão seria negar o óbvio, claro. Mas é necessário não subestimar o prestígio e o poder do rádio, que ainda detém audiência média superior — na generalidade dos horários — à da sua irmã mais nova.

É que a Televisão obriga à presença do espectador na frente do receptor e o rádio, não! Ouve-se rádio, andando de um para outro lado, dentro de casa ou no automóvel, ou nas praias e campos, por toda parte, enfim, pois a miniaturização e as pilhas e baterias permitiram a audiência do rádio de modo universal.

Além disso, o Brasil é imenso, e os receptores de televisão custam, mesmo em preto-e-branco, preços inacessíveis ao grande público.

No meu São Paulo — como em todo o Brasil — o Rádio é uma força.

Este intróito, Sr. Presidente, visa ao registro da passagem do segundo aniversário do *Jornal da AESP* — órgão oficial da Associação das Emissoras de Rádio de São Paulo, criado e dirigido pelo excelente jornalista Carlos Abumrad, um profissional de largo conceito moral e técnico.

Nestes 60 anos de contínuas vitórias, no Brasil, a radiodifusão vive da prestação de serviços inestimáveis aos seus milhões de ouvintes. E entre tais serviços se contam, igualmente, missões específicas ligadas à segurança nacional.

Hoje, com milhares de emissoras, o rádio alcança todos os meridianos e todos os paralelos brasileiros, sendo o elo da unidade nacional.

E o mérito maior do *Jornal da AESP* reside no espírito que a ele imprimiu o jornalista Carlos Abumrad, ou seja — o jornal, embora órgão oficial da Associação das Emissoras de São Paulo, tem sentido genuinamente brasileiro. Quero dizer: o *Jornal da AESP* é distribuído religiosamente a todas as emissoras brasileiras, levando-lhes informações administrativas, fornecendo-lhes textos legais, dando-lhes notícias técnicas, promovendo, enfim, pelo intercâmbio e pela presença dinâmica, o congraçamento da radiofonia brasileira.

Tenho em mãos, Srs. Congressistas, o último número do *Jornal da AESP*, com que a publicação inicia o seu terceiro e vitorioso aniversário. Trata-se de uma publicação do mais alto nível, tanto material quanto editorial, e que vale como um roteiro seguro

para dirigentes e trabalhadores do rádio, espalhados aos muitos milhares por todo o território nacional.

Paulista e bairrista, mas no alto sentido, quero dizer, sem exclusivismos malsãos, cumpro meu dever de representante do povo trazendo as minhas congratulações ao *Jornal da AESP* e ao jornalista Carlos Abumrad, um e outro a serviço dos melhores interesses do nosso país.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nos termos da Emenda Constitucional n.º 22, a Presidência convoca sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decretos Legislativos n.os 47, 52 e 55 de 1983-CN (9.ª sessão), a dos Projetos de Decreto Legislativo n.os 48 a 50, de 1983-CN (8.ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 2, de 1983, que altera o artigo 98 da Constituição Federal, tendo

PARECER, sob n.º 55, de 1983-CN, favorável à Proposta e contrário a de n.º 4, que com ela tramita.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

A proposta de emenda à Constituição, nos termos da Emenda Constitucional n.º 22, exige quorum de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação.

Dada a inexistência desse quorum, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 2:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 4/83

(Tramitando em conjunto com a PEC/2/83)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 4, de 1983, que dispõe sobre os reajustes dos vencimentos dos funcionários públicos.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

A proposta de emenda à Constituição, nos termos da Emenda Constitucional n.º 22, exige quorum de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação.

Sendo evidente a inexistência desse quorum, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nada mais havendo quem tratar, declaro encerrada a Sessão.

(Levanta-se a sessão às 9 horas e 40 minutos.)

Ata da 192.ª Sessão Conjunta, em 22 de junho de 1983

1.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

AS 19 HORAS E 5 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourenço Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Alvaro Dias — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bitencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athaíde — PMDB; Otaivo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Euríco Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Lúdgero Raulino — PDS; Milton Brandão —

PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moyses Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramaalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Seixas Dória — PMDB; Walter Batista.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissim Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PSD; Eraldo Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Sant'Anna — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto

— PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgílio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Mirthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferreira — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arlindo Tales — PDT; Aroide de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcilio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Décio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Júlio Cáruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Mamede — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Casteljão Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Darcy Passos —

PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rolemberg — PMDB; Ruy Côco — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iran Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulão Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristiano Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moretta — PMDB; Ary Kiffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Maceio — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanies — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Ama-

ral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wiedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melo — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaca — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinal Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borge — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 464 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoino.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Gostaria de insistir e registrar, nesta Casa, o meu protesto contra o que eu qualifico de um verdadeiro espetáculo ditatorial que aconteceu ontem, na frente do Palácio do Planalto.

Certamente todos nós, congressistas, lemos hoje notícias nos jornais, inclusive ilustradas com fotos. Aquele grupo de servidores federais e deputados que lá foram exatamente reivindicar a abertura de negociações, foi tratado como se fosse uma operação bélica. Ameaçaram-nos, pedindo para que evacuassem a Praça dos Três Poderes, sob a ameaça de repressão. E a maneira como os deputados, inclusive a Imprensa, foram tratados pela segurança do Planalto, revela exatamente o caráter do Poder Executivo, um poder ditatorial, um poder autoritário, que nem sequer resolve receber os funcionários públicos federais para pelo menos dizer, nessa audiência, que não poderia atender as suas reivindicações.

Nesse sentido, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, pediria a V. Ex.^a que fizesse constar dos Anais do Congresso a carta aberta ao Presidente da República, que não pode ser entregue em mãos, nem ao seu Chefe de Gabinete Civil, dos funcionários públicos federais, reiterando as suas reivindicações e o pedido de audiência para a abertura de negociações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ GENOINO EM SEU DISCURSO:

Carta aberta ao Presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo. Senhor Presidente:

Nós, servidores públicos federais do Brasil, meio milhão de pessoas, que sustentamos o dia a dia de toda a administração pública através do nosso trabalho, temos recebido um tratamento de discriminação, arrocho e humilhação imposto durante todos estes anos pelo Governo Federal.

De 1974 até hoje o nosso salário foi desvalorizado em quase 150%, somos a única categoria que não recebe reajuste semestral, os servidores estatutários não ganham 18.º salário e além disso, somos proibidos de nos organizarmos em sindicatos — um direito básico de todo trabalhador.

E agora, quando a política econômica e social do governo jogou o País na falência e nas mãos do FMI, levando o Brasil à recessão e impondo o desemprego e a fome a milhões de brasileiros, os servidores civis foram penalizados com o maior arrocho de todos os tempos e novamente discriminados pois os militares tiveram um reajuste maior nos seus salários.

Senhor Presidente: Como ficarão os servidores públicos e suas famílias com este reajuste real de 64,5% para uma inflação e custo de vida que deve chegar aos 200% e um reajuste de 130% nas prestações do BNH?

A reação do funcionalismo é de grande insatisfação e revolta. E como o Governo nada tem feito senão ignorar a nossa dramática situação, negando-se até mesmo a ouvir as justas reivindicações — os servidores públicos federais paralisaram suas atividades em todo o Brasil.

Esta paralisação Senhor Presidente, é o último recurso contra a insensibilidade e a intransigência do Governo e a única alternativa de luta em defesa da nossa sobrevivência e dignidade.

Vossa Excelência disse ontem na televisão que a razão de ser do nosso trabalho é servir o povo. Exatamente por isso, Senhor Presidente, que estamos lutando: melhores condições de vida, trabalho e salário para podermos melhor atender a população brasileira.

E o povo brasileiro está do nosso lado porque conhece o nosso sofrimento e sabe que o dinheiro que paga de impostos não é utilizado em seu benefício, com melhores serviços públicos, mas é destinado às mordomias do Governo, para obras faraônicas e repassadas para uma minoria privilegiada que vive na riqueza e ostentação.

Diariamente Senhor Presidente, todos sabemos que V. Ex.^a recebe empresários, participa de banquetes e faz viagens, porém, nega-se a receber os representantes dos servidores e o seu Governo bate a porta na cara, reprime e desrespeita aqueles que trabalham no serviço público.

Os milhares de servidores públicos do Brasil não aceitam esta atitude e apelam a V. Ex.^a, para que receba e atenda as legítimas reivindicações do funcionalismo federal.

- Pela abertura de diálogo e negociação.
- Pelo atendimento das reivindicações.
- A luta continua.

Brasília, 21 de junho de 1983.

COMANDO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

— ANDES — Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

— AMB — Associação Médica Brasileira

— UNSP — União Nacional dos Servidores Públicos

— FASUBRA — Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras

— FNM — Federação Nacional dos Médicos

— ANMR — Associação Nacional dos Médicos Residentes

— Representantes dos Estados Eleitos em Assembleias Gerais

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PDS — AP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em transmissão do Programa "O Povo e o Presidente", de 11-5-83, o Presidente Figueiredo manifestou seu desagrado pelo comportamento de alguns Governadores eleitos pela Oposição, dizendo:

"... A propósito de consolidar a democracia, quero dizer que voltei a receber notícias de que alguns Governadores continuam demitindo funcionários porque estes pertencem ao PDS. Eu já disse que não admito esse tipo de perseguição. Ela fere, inclusive, dispositivo constitucional que manda valorizar o trabalho humano. Não vou citar nomes aqui, mas eu não vou esquecer. Espero, sinceramente, que eles param com isso. Isto é um retrocesso do nosso avanço político."

As palavras do Presidente merecem o nosso mais sincero aplauso, pois significam uma tomada de posição, desassombrada, como é o estilo deste nosso valoroso Presidente, neste momento de abertura democrática, onde deixa sempre bem claro que Liberdade não é permissividade.

As demissões dos elementos do PDS, porém, por parte dos Governadores da Oposição, embora antidemocrática e representando um retrocesso no fluxo da abertura política, ainda poderiam ser compreendidas, se não justificadas.

O que me traz, entretanto, a esta Tribunal, hoje, com o coração amargurado e a mente ensombrecida, é o fato de estarem acontecendo, na minha terra, no meu querido Território do Amapá, demissões absurdas e aviltantes por parte de um Governador nomeado, dentro da própria família pessedista.

Cabe, a respeito, lembrar o adágio popular que diz: "A Justiça, para ser bem feita, tem que começar na própria Casa". Eis por que, quer no oportunitade, traduzir as angústias e preocupações dos meus correligionários do Amapá, daqueles que lutaram por uma vitória consagradora do PDS; daqueles que integram os próprios órgãos de direção partidária no Território, ou que foram candidatos às eleições em novembro de 1982, contribuindo na medida de suas possibilidades para o fortalecimento do partido que é, forçosamente, o partido do Governador.

Poderia, neste caso, o Presidente João Figueiredo usar aquela célebre expressão clássica: "Et tu Brutus?" se até Governadores nomeados por ele, passam a apunhalá-lo com um comportamento assim infiel, radical e discricionário.

Minhas palavras, porém, apesar de amarradas e aparentemente rebeldes, não se constituem em denúncias ocaas ou manifestações falaciosas. Tenho em mãos, extenso telex encaminhado pelo conceituado jornalista e homem de televisão amapaense, Antonio Correa Neto, cuja opinião tem sido sempre respeitada pelo povo do Território, pelo seu alto valor pessoal e profissional.

Verifiquem, Senhores, na lista que passo a lhes transmitir, a extensão da gravidade dos fatos mencionados, o absurdo desrespeito por correligionários dedicados, cujo único crime foi o de não aceitar as preferências pessoais do Governador, preferências estas que custamos a entender, já que seu interesse maior e mais alto deveria ter sido apenas e exclusivamente o de manter coeso e atuante, o Partido do Governo, o Partido que lhe proporcionou o Governo do Amapá. E digo mais, Senhores: — deixam de constar nesta lista, os nomes de cerca de dez funcionários da Câmara Municipal de Macapá que foram exonerados sumariamente pelo Presidente da Câmara, com respaldo e talvez até a mandado do Governador, somente porque haviam sido partidários e amigos pessoais deste Deputado que vos fala e que foi também Presidente daquela Casa, antes de partir para a esfera federal.

Arideu Lino Dias — demitido antes da eleição, em razão da vinculação existente entre seu irmão, o Engenheiro Manoel Dias e o Deputado Paulo Guerra.

Izar Leão — demitido por ser ligado ao Deputado Paulo Guerra.

Antonio Correa Neto — demitido por ter feito denúncia de corrupção na Administração Pública do Território. Foi convidado por três vezes, pela esposa do Governador, para fazer parte do esquema dela. Não aceitou. Foi o autor do projeto de campanha do Deputado Clark Platon. É membro do Diretório Regional do PDS.

Linomar Alves — Médico da PMM. Demitido por ter ligações com o Deputado Paulo Guerra.

Manoel Sardinha — demitido quando ainda era Vereador do PDS e Suplente do Diretório Regional. Fez campanha junto ao Deputado Platon.

Regina Miranda — esposa de um Oficial da Polícia Militar. Trabalhou até poucos dias antes da eleição na campanha do Candidato do Governador. Seu esposo recebeu uma punição que ela entendeu injusta e decidiu apoiar o Deputado Paulo Guerra. Demitida da Secretaria de Promoção Social.

Raimundo Nonato — Médico da Companhia de Eletricidade do Amapá, demitido porque se recusou a participar da Campanha do candidato do Governador.

Carlos Gantuss — Bioquímico da Secretaria de Agricultura. Demitido por ter sido candidato a Vereador pelo PMDB.

Ana Isabel da Rocha Araújo — Engenheira Elétrica, atuando na CEA. Pressionada para fazer campanha de rua em favor do candidato do Governador. Recusou-se e teve que pedir demissão. Está em Belém.

Fátima de Paula — demitida da Prefeitura de Macapá, onde trabalhava como Odontóloga. Motivo: não aceitou a indicação do candidato do Governador.

Exonerados:

Raimundo Evandro Salvador (Economista); Gilberto Semblano de Oliveira (Economista); Leonardo de Almeida Vilhena (Economista); Ana Maria de Paula Barcessat (Economista); Ana Maria de Souza

Azevedo (Economista); Júlio Cunha Batista (Administrador).

Todos exonerados dos cargos que exerciam na Secretaria de Planejamento, por não aceitação das imposições feitas pelo Secretário Antero Duarte Dias Pires Lopes, em nome da política do Governador.

Maria Lúcia Freitas — Médica, exonerada do cargo que ocupava na Secretaria de Saúde, por ter-se recusado a assinar ficha de filiação partidária no PDS. Ela alegou questão de foro íntimo para não ser filiada a partido nenhum.

Raimundo Ayres dos Santos — Bioquímico, exonerado de função na Divisão de Polícia Técnica, por ter-se manifestado em favor da eleição do Deputado Paulo Guerra.

Manoel Antonio Dias — Engenheiro, ex-Secretário de Obras. Membro do Diretório Regional do PDS. Exonerado por ligação ao Deputado Paulo Guerra.

Antonio Marques — Engenheiro, exonerado e transferido diversas vezes, por ligação com o Deputado Paulo Guerra. É membro do Diretório Regional.

José Figueiredo de Souza — Chefe do Departamento de Educação Física. Membro do Diretório Municipal. Entregou o cargo em razão de pressões.

Valfrido Santos — Vice-Diretor do Colégio Comercial do Amapá. Exonerado por questões políticas.

Alfredo Ramalho — Educador com especialização nos Estados Unidos. Exonerado a pedido e afastado do Setor Educacional. É membro do Diretório.

João Bosco Rosa Ferreira — Diretor do Departamento de Ensino. Foi removido para a Delegacia do MEC. Voltou à Secretaria da Educação e depois designado para dar aulas às turmas do 1º Grau. É membro do Diretório Regional.

José Rosario Pastana — Diretor do Departamento de Desenvolvimento Urbano da Secretaria de Obras. Suplente do Diretório Regional. Exonerado por ter participado da campanha do Deputado Paulo Guerra.

Maria Neusa do Carmo — Assessora da área de ensino supletivo. Foi afastada do cargo e designada para uma escola da periferia da cidade por ter participado da campanha do Deputado Paulo Guerra.

Maria de Nazareth Rocha — removida da Secretaria de Educação para a Delegacia do MEC. Acompanhou o Deputado Paulo Guerra.

Albertina Ferreira — Assessora de Planejamento da Secretaria de Educação e Suplente do Diretório Municipal. Afastada do cargo, acabou por ter um trauma que resultou num aneurisma cerebral. Está em Belém internada em uma clínica.

Newton Douglas Barata — Diretor Administrativo da Companhia de Eletricidade do Amapá, foi exonerado por ter ligações com o Deputado Paulo Guerra.

Ricardo Soares Pereira de Souza — Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Macapá. Exonerado por ter tido participação na campanha do Deputado Geovani Borges.

Geová Pinheiro Borges — Foi exonerado da Chefia do Gabinete da Câmara Municipal de Macapá. É irmão do Deputado Geovani Borges. (Demissão aceita, assimilável).

José Nildo Aragão Barbosa — Foi exonerado do cargo de Secretário Administrativo da Câmara Municipal de Macapá. Participou da campanha do Deputado Geovani Borges.

Carmelia Matos Cardoso — Foi demitida da Companhia de Eletricidade do Amapá, por ter-se manifestado partidária do Deputado Paulo Guerra.

Edmilson Carvalho Teixeira — Funcionário da Companhia de Eletricidade. Sete anos de serviço. Demitido por haverem descoberto que votou no Deputado Geovani Borges.

Silvio Castillo — Exonerado da Chefia da Coordenadoria de Planejamento da Secretaria de Educação, e transferido para a sala de aula por ligações com o Deputado Paulo Guerra.

Hercilio Mescouto — Perdeu vantagens, foi afastado da função gratificada e exonerado da Chefia da Divisão de Planejamento de Obras, por ter almoçado em Brasília com o ainda candidato Clarck Planton e a convite deste, com o Deputado Paulo Guerra. Era eleitor do Deputado Platon, mas não participou da campanha.

Manoel Deodato — Foi nomeado Prefeito de Mazagão pelo Governador. Exonerado no início da campanha política, por ter se manifestado favorável à candidatura do atual Deputado Geovani Borges.

Gilvan Pinheiro Borges — Exonerado do Conselho de Trânsito. Membros do Diretório Municipal. Irmão do Deputado Geovani Borges.

Francisco Quintela do Carmo — Chefe da Coordenadoria do Planejamento da Secretaria de Educação. Exonerado.

José De Arimatéia Cavalcante — Não fez campanha para o candidato do Governador. Foi exonerado do cargo de Secretário de Segurança.

Sergio Arruda — Secretário de Obras Públicas, exonerado por ter deixado claro que seu voto foi do Deputado Planton.

Geraldo Magela Fontenele — Exonerado do cargo de representante do Governo em Belém.

Redimilson Nobres — Professor, Presidente da Juventude Democrática Social, Vice-Presidente Nacional da JDS, membro do Diretório Municipal do PDS, sociólogo. Foi transferido de colégio, teve reduzido o número de aulas que dava e foi designado para dar aulas de primeiro grau na periferia da cidade, sendo professor de segundo grau. É vereador eleito pelo PDS e fez campanha junto com o Deputado Clarck Platon.

Rui Apolônio de Oliveira — Advogado, foi um dos coordenadores da campanha do Deputado Platon. Membro da Executiva do PDS. Foi removido do cargo que ocupava.

Jacy Almeida Siqueira — Assessor Legislativo da Câmara Municipal, candidato a vereador pelo PDS, membro do Diretório Municipal. Perdeu gratificação mensal por ter acompanhado o Deputado Geovani Borges.

Gilson Rocha — Médico, Diretor do Departamento de Saúde da Secretaria de Saúde Pública. Exonerado por não ter concordado em fazer campanha para o candidato do governador.

Bernardo Rodrigues — Professor dos mais respeitados foi afastado do magistério e removido para a polícia.

Francisco Gonçalves de Araújo — Atenção para este caso: antes da eleição, recebeu ordem para ocupar uma casa do Governo, no conjunto da antiga Olaria. Depois da eleição, por ter acompanhado o Deputado Geovani Borges, foi despejado, mesmo sendo pai de uma criança excepcional e não ter para onde ir. Foi candidato

a Vereador pelo PDS e membro do Diretório Regional do PDS.

Aroldo Nery — Exonerado da Vice-Diretoria do Colégio Tiradentes por não ser simpatizante à candidatura preferida do Governador.

José Borges — Novamente "Atenção": Considerado um dos melhores professores de Física e Matemática da região amapaense, foi demitido e obrigado a deixar o Território para poder sobreviver.

Coordenou a programação externa da campanha do Deputado Clarck Platon. Foi exonerado do cargo de Diretor de Comunicação da Prefeitura Municipal de Macapá.

José Ferreira Barbosa — Exonerado do cargo de Diretor de Serviços Gerais da Prefeitura de Macapá. Era do PDS.

Hilda Lobato Moreira — Professora de Educação Física, exonerada da Chefia de Serviço da SEFER, por suposto apoio à candidatura do Deputado Paulo Guerra.

Maria Luisa Chucre — Assessora da SEFER, exonerada do cargo por suspeita de não ter acompanhado o candidato imposto pelo Governador.

João Bosco da Silva — Chefe de Serviço da SEFER, exonerado também por suposto apoio eleitoral ao Deputado Paulo Guerra.

Jáo Cancio Picanço e Silva — Secretário Administrativo da Câmara, Secretário do Diretório Municipal do PDS. O Governador mandou exonerá-lo da primeira função, por ser irmão de um médico que se apresentou candidato a vereador pelo PMDB.

Rosival Albuquerque — Recusou-se pressionar os funcionários da ASTER, para irem às ruas pedir votos para o candidato do Governador. A partir daí começou a sofrer pressões e acabou pedindo exoneração. Durante a campanha liberou a ASTER para que os quatro candidatos do PDS pudessem deixar ali suas mensagens.

José Ramos de Souza — Há muitos anos Chefe do Setor de Mecânica Leve da Prefeitura, foi exonerado por ser casado com a Professora Neusa do Carmo, da equipe de trabalho do Deputado Paulo Guerra.

Regina Valente — Assessora do Setor de Planejamento do Ensino Supletivo. Exonerada por questões políticas: seu esposo era Secretário do Diretório Regional do PDS, e ligado ao Deputado Platon.

Apelo, pois, para o Presidente da República, que tem dado até sua própria saúde praticamente sua vida, para restabelecer a Democracia neste País, para que haja com urgência e energia para fazer cessar este estado de coisas no Território do Amapá.

Que reavive na lembrança daquele Governador, o ideal político e partidário, a nobre causa comum pelo bem do povo amapaense.

Que o faça esquecer as preferências e simpatias pessoais, as animosidades e as questiúnculas particulares, que, finalmente, o Presidente o faça chamar à Razão e ao cumprimento de seu dever patriótico.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. GEOVANI BORGES EM SEU DISCURSO:

Para Deputados Federais

Paulo Guerra, Geovani Borges e Clark Platon

Câmara dos Deputados
Anexo IV — Gabinete n.º 731
Brasília — DF

Relatório com lista parcial das pessoas demitidas, exoneradas ou transferidas por

perseguição de caráter político, após as eleições de 15-11-82

Arideu Lino Dias

Demitido antes da eleição, em razão da vinculação existente entre seu irmão, o Engenheiro Manoel Dias e o Deputado Paulo Guerra.

Izar Leão

Demitido por ser ligado ao Deputado Paulo Guerra.

Antônio Corrêa Neto

Demitido por ter feito denúncias de corrupção na Administração Pública do Território. Foi convidado por três vezes, pela esposa do governador para fazer parte do esquema dela. Não aceitou. Foi o autor do projeto de campanha do Deputado Clark Platon. É membro do Diretório Regional do PDS.

Linomar Alves

Médico da PMM. Demitido por ter ligações com o Deputado Paulo Guerra.

Manoel Sardinha

Demitido quando ainda era Vereador do PDS e Suplente do Diretório Regional. Fez Campanha junto ao Deputado Platon.

Regina Miranda

Esposa de um Oficial da Polícia Militar, trabalhou até poucos dias antes da eleição na campanha do candidato do governador. Seu esposo recebeu uma punição que ela entendeu injusta e decidiu apoiar o Deputado Paulo Guerra. Demitida da Secretaria de Promoção Social.

Raimundo Nonato

Médico da Companhia de Eletricidade do Amapá, demitido porque se recusou participar da campanha do candidato do governador.

Carlos Gantuss

Bioquímico da Secretaria de Agricultura. Demitido por ter sido candidato a Vereador pelo PMDB.

Ana Isabel da Rocha Araújo

Engenheira Elétrica, atuando na CEA. Pressionada para fazer campanha de rua em favor do candidato do governador, recusou-se e teve que pedir demissão. Está em Belém.

Fátima de Paula

Demitida da Prefeitura de Macapá, onde trabalhava como Odontóloga. Motivo — não aceitou a indicação do candidato do governador.

Exonerados

Raimundo Evandro Salvador (Economiasta)

Gilberto Semblano de Oliveira (Economiasta)

Leonardo de Almeida Vilhena (Economiasta)

Ana Maria de Paula Barcessat (Economiasta)

Ana Maria de Souza Azevedo (Economiasta)

Júlio Cunha Batista (Administrador)

Todos exonerados dos cargos que exerciam na Secretaria de Planejamento, por não aceitação das imposições feitas pelo Secretário Antero Duarte Dias Pires Lopes, em nome da política do governador.

Maria Lúcia Freitas (Médica)

Exonerada do cargo que ocupava na Secretaria de Saúde, por ter se recusado a

assinar ficha de filiação partidária no PDS. Ela alegou questão de foro íntimo para não ser filiada a partido nenhum.

Raimundo Ayres dos Santos (Bioquímico)

Exonerado de função, na Divisão de Polícia Técnica, por ter se manifestado em favor da eleição do Deputado Paulo Guerra.

Manoel Antônio Dias (Engenheiro)

Ex-Secretário de Obras, membro do Diretório Regional do PDS, exonerado por ligação ao Deputado Paulo Guerra.

Antônio Marques (Engenheiro)

Exonerado e transferido diversas vezes, por ligação com o Deputado Paulo Guerra, (membro do Diretório Regional).

José Figueiredo de Souza

Chefe do Departamento de Educação Física, membro do Diretório Municipal. Entreou o cargo em razão de pressões.

Valfrido Santos

Vice-Diretor do Colégio Comercial do Amapá, exonerado por questões políticas.

Alfredo Ramalho

(Educador com especialização nos Estados Unidos) exonerado a pedido, e afastado do Setor Educacional (do Diretório).

João Bosco Rosa Ferreira

Diretor do Departamento de Ensino, foi removido para a Delegacia do MEC, voltou à Secretaria de Educação e depois designado para dar aulas à turmas do primeiro grau. É membro do Diretório Regional — Secretário.

José Rosário Pastana

Diretor do Departamento de Desenvolvimento Urbano da Secretaria de Obras. Suplente do Diretório Regional. Exonerado por ter participado da Campanha do Deputado Paulo Guerra.

Maria Neusa do Carmo

Assessora da área de Ensino Supletivo. Foi afastada do cargo e designada para uma Escola da periferia da cidade por ter participado da Campanha do Deputado Paulo Guerra.

Maria de Nazaré Rocha

Removida da Secretaria de Educação para a Delegacia do MEC. Acompanhou o Deputado Paulo Guerra.

Albertina Ferreira

Assessora de Planejamento da Secretaria de Educação e Suplente do Diretório Municipal. Afastada do cargo, acabou por ter um trauma que resultou num aneurisma cerebral. Está em Belém internada em uma Clínica.

Newton Douglas Barata

Diretor Administrativo da Companhia de Eletricidade do Amapá, foi exonerado por ter ligações com o Deputado Paulo Guerra.

Trabalhava na Companhia de Eletricidade do Amapá. Foi demitido por ser primo do Deputado Geovani Borges.

Ricardo Soares Pereira de Souza

Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Macapá, exonerado por ter tido participação na Campanha do Deputado Geovani Borges.

Geová Pinheiro Borges

Foi exonerado da Chefia de Gabinete da Câmara Municipal de Macapá. É irmão do Deputado Geovani Borges. (Demissão aceita, assimilável).

José Nildon Aragão Barbosa

Foi exonerado do cargo de Secretário Administrativo da Câmara Municipal de Macapá. Participou da Campanha do Deputado Geovani Borges.

Carmélia Matos Cardoso

Foi demitida da Companhia de Eletricidade do Amapá, por ter se manifestado partidária do Deputado Paulo Guerra.

Edmilson Carvalho Teixeira

Funcionário da Companhia de Eletricidade. Sete anos de serviço. Demitido por haverem descoberto que votou no Deputado Geovani Borges.

Silvio Castillo

Exonerado da Chefia da Coordenadoria de Planejamento da Secretaria de Educação, e transferido para a sala de aula por ligações com o Deputado Paulo Guerra.

Hercílio Mescouto

Perdeu vantagens, foi afastado de função gratificada e exonerado da Chefia da Divisão de Planejamento de Obras, por ter almoçado em Brasília com o ainda candidato Clark Platon e a convite deste, com o Deputado Paulo Guerra. É eleitor do Deputado Platon, mas não participou da Campanha.

Mancel Deodato

Foi nomeado Prefeito de Mazagão pelo Governador. Exonerado no início da Campanha política, por ter se manifestado favorável a candidatura do atual Deputado Geovani Borges.

Gilvan Pinheiro Borges

Exonerado do Conselho de Trânsito. Membro do Diretório Municipal. Irmão do Deputado Geovani Borges.

Francisco Quintela do Carmos

Chefe da Coordenadoria de Planejamento da Secretaria de Educação. Exonerado.

José de Arimatéa Cavalcante

Não fez Campanha para o candidato do governador. Foi exonerado do cargo de Secretário de Segurança.

Sérgio Arruda

Secretário de Obras Públicas, exonerado por ter deixado claro que seu voto teria sido do Deputado Platon.

Geraldo Magela Fontenele

Exonerado do cargo de Representante do Governo em Belém.

Redimilson Nobre

Professor, Presidente da Juventude Democrática Social, Vice-Presidente Nacional da JDS, membro do Diretório Municipal do PDS, Sociólogo. Foi transferido de Colégio, teve reduzido o número de aulas que dá, e foi designado para dar aulas de primeiro grau na periferia da cidade, sendo professor de segundo grau. É Vereador eleito pelo PDS e fez Campanha junto com o Deputado Clark Platon.

Rui Apolonho de Oliveira

Advogado, foi um dos coordenadores da Campanha do Deputado Platon, membro da Executiva do PDS. Foi removido do cargo que ocupava.

Jacy Almeida Siqueira

Assessor Legislativo da Câmara Municipal, candidato à Vereador pelo PDS, membro do Diretório Municipal. Perdeu gratificação mensal por ter acompanhado o Deputado Geovani Borges.

Gilson Rocha

Médico, Diretor do Departamento de Saúde da Secretaria de Saúde Pública. Exonerado por não ter concordado em fazer Campanha para o candidato do governador.

Bernardo Rodrigues

Professor dos mais respeitados, foi afastado do Magistério e removido para a Polícia.

Francisco Gonçalves de Araújo

Atenção para este caso — Antes da Eleição, recebeu ordem para ocupar uma casa do governo, no conjunto da antiga olaria. Depois da Eleição, por ter acompanhado o Deputado Geovani Borges, foi despejado, mesmo sendo pai de uma criança excepcional e não ter para onde ir. Foi candidato a Vereador pelo PDS e é membro do Diretório Regional do PDS.

Aroldo Nery

Exonerado da Vice-Diretoria do Colégio Tiradentes por não ser simpático à candidatura preferida do governador.

José Borges

Novamente “Atenção”. É considerado um dos melhores Professores de Física e Matemática da Região Amapaense, foi demitido e obrigado a deixar o território para poder sobreviver.

Coordenou a programação externa da Campanha do Deputado Clark Platon. Foi exonerado do cargo de Diretor de Comunicação da Prefeitura Municipal de Macapá.

José Ferreira Barbosa

Exonerado do cargo de Diretor de Serviços Gerais da Prefeitura de Macapá. É do PDS.

Hilda Lobato Moreira

Professora de Educação Física, exonerada da Chefia de Serviço da SEFER, por suposto apoio à candidatura do Deputado Paulo Guerra.

Maria Luisa Chucre

Assessora da SEFER, exonerada do cargo por suspeita de não ter acompanhado o candidato imposto pelo governador.

João Bosco da Silva

Chefe de Serviço da SEFER, exonerado também por suposto apoio eleitoral ao Deputado Paulo Guerra.

João Câncio Picanço e Silva

Secretário Administrativo da Câmara, Secretário do Diretório Municipal do PDS. O governador mandou exonerá-lo da primeira função, por ser irmão de um médico que se apresentou candidato a Vereador pelo PMDB.

Rosival Albuquerque

Procurou pressionar os funcionários da ASTER, para irem às ruas pedir votos para o candidato do governador. A partir daí começou a sofrer pressões e acabou pedindo exoneração. Durante a campanha liberou a ASTER para que os quatro candidatos do PDS pudessem deixar ali suas mensagens.

José Ramos de Souza

Há muitos anos Chefe do Setor de Mecânica Leve da Prefeitura, foi exonerado por ser casado com a Professora Neusa do Carmo, da equipe de trabalho do Deputado Paulo Guerra. (O Escurinho).

Regina Valente

Assessora do setor de Planejamento do Ensino Supletivo. Exonerada por questões políticas: seu esposo é Secretário do Diretório Regional do PDS, e ligado ao Deputado Platon.

Cordiais Saudações. — Jornalista **Antônio Corrêa Neto**, Membro do Diretório Regional PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio Neto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO (PMDB — AM) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Tenho a honra de fazer doação às bibliotecas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal de exemplares do livro **OS BUCHEIROS — Um Memorial de Infância**, do escritor amazonense **AUREO NONATO**.

Nonato, que nos devolve a Manaus antiga e ainda não-violada pelo suposto progresso da sociedade desigual, fala-nos dos tempos em que a simplicidade e a paz envolviam as tardes quentes, as manhãs alegres e as noites suaves de minha cidade.

Mas não fica ai o valor de "Os Bucheiros", Sr. Presidente. Não seria, de fato, suficiente o evocar do passado. Não nos poderíamos satisfazer tampouco com a linguagem escorreita, apesar de simples, de suas páginas e linhas.

O grande mérito da obra, aliás prêmio Osvaldo Orico/82 da Academia Brasileira de Letras, Srs. Congressistas, está na denúncia social que encerra. Crítica e desrespeito ao meio-ambiente. Investe contra a especulação imobiliária. Retrata o fim-de-festa que foi o apagar do chamado período de ouro da borracha.

Na fase áurea da hevea lucraram principalmente os seringalistas e os comerciantes ligados ao setor, sobrando para o povo não mais do que os restos de banquete, é verdade! Depois da vertiginosa queda dos preços da borracha, no primeiro quartel do século, todavia, nem mesmo sobras havia para atenuar o sofrimento das camadas mais pobres da população amazonense.

A crítica se manifestou com entusiasmo a respeito da nova obra de Nonato. Autores como Antônio Carlos Villaça, Pery Augusto, Waldemar Baptista de Salles, Luiza Barreto Leite, Arnaldo Niskier, Rachel de Queiroz, saudaram **Os Bucheiros** no entendimento do autêntico e do sério, do talentoso e do amazônico.

O ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, igualmente ex-deputado federal pelo Amazonas, José Bernardo Cabral, prefaciou o trabalho e, mergulhando de volta à sua própria infância em Manaus, também ressaltou o valor do espírito e do cérebro de Aureo Nonato.

Composer e escritor, amazonense e brasileiro, Sr. Presidente, meu conterrâneo Aureo Nonato ocupa seu espaço na literatura brasileira e regional fazendo cultura real, sem peias ou manipulações.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Já estivemos nesta tribuna, por diversas vezes, falando sobre o sistema rodoviário de cargas, sobre sua situação e sobre a sua real importância no contexto econômico da nossa Pátria e de toda uma conjuntura global para o comércio nacional e internacional.

Ontem mesmo, no grande expediente, traçamos um perfil dos problemas que estão assoberbando a nossa economia e, em

particular, o sistema rodoviário de cargas. Pedimos as nossas autoridades um pouco mais de atenção para que o representamos, dentro de seus planos, de levantar a economia brasileira, totalmente combalida por uma inflação devastadora e por alguns desmandos, voluntários ou involuntários, cometidos, mas que no todo, a Nação está pagando.

Hoje, Senhor Presidente e Senhores Congressistas, deparamos com uma notícia na **Gazeta Mercantil**, que nos deixa todos preocupados, pelo exemplo, que pode alastrar, se não forem socorridos a tempo, também os nossos camioneiros. Temos reivindicações já entregues ao nosso Ministro dos Transportes, mas que depende muito mais da área econômica a sua solução. Sendo assim, pedimos desta tribuna a maior urgência possível nas soluções favoráveis, pois o próprio Senhor Presidente da República reconhece a necessidade do socorro urgente que o sistema precisa receber para não perecer.

Diz a notícia da **Gazeta Mercantil** o seguinte:

"DESAFIO DOS CAMIONEIROS A PINOCHET"

"Em um desafio que fez lembrar as vésperas da derrubada do Presidente Salvador Allende, há exatamente dez anos, a Confederação dos Proprietários de Caminhões do Chile anunciou ontem que os seus membros aderirão à greve geral em protesto contra o Governo do General Augusto Pinochet, marcada para amanhã.

Em 1973, foram os camioneiros chilenos que, com uma série de greves, desestabilizaram a economia chilena e o Governo de Allende. Desta vez, eles se uniram com os sindicatos de portuários e dos funcionários públicos para dar apoio a uma greve de mineiros de cobre que já dura seis dias e contra a qual o Governo Pinochet adotou medidas severas.

Sete dirigentes sindicais nas minas já foram presos e pelo menos 2.400 trabalhadores que haviam aderido à greve, demitidos sumariamente. As minas de Chuquicamata (a maior do mundo a céu aberto) e El Salvador estão sob ocupação militar. A Capital do Chile, Santiago, está pesadamente guardada por tropas do exército. E, por via das dúvidas, a polícia prendeu o Presidente do Sindicato dos Camioneiros, Adolfo Quinteros Soto.

Uma entidade intersindical, o Comando Nacional dos Trabalhadores, está organizando a greve geral, que deverá ter uma duração indeterminada, e reclamará a restauração do regime democrático no Chile.

O Presidente Augusto Pinochet já enfrentou, terça-feira passada, um "dia de protesto nacional" que paralisou Santiago e durante o qual, em choques da polícia com manifestantes, houve quatro mortos e 1.300 prisões. Sexta-feira à noite, Pinochet falou ao país pela TV e prometeu anistia aos exilados. Ontem, entretanto, o Gov. reforçou medidas de censura prévia à imprensa, segundo informou a Agência UPI.

O Chile sofre, além disso, os efeitos de uma séria crise econômica. A sua dívida externa equivale a 71% do produto nacional bruto. O índice de de-

semprego está estimado em 25% da força de trabalho."

Havemos de reconhecer, Senhor Presidente e Senhores Congressistas, que, em muitos países da América Latina os camioneiros têm conquistado os seus direitos, erroneamente, precisando usar a força, recorrendo à greves e até escaramuças mais audaciosas, como foi o caso ocorrido no Chile em 1973, só terminando com a paralisação total do país, após a queda do Governo Allende.

No Brasil Senhor Presidente e Senhores Congressistas, as lideranças do sistema rodoviário tem sido as mais cordatas possíveis, apoiando todos os governos constituidos por que passaram neste País, evitando assim, ser visto o setor, como um sistema perigoso, desagregador; antipatriótico e porque não dizer, até conturbador da ordem. Os transportadores rodoviários de carga são pacíficos, mas são humanos e sabem das suas responsabilidades e o quanto são importantes para o nosso País. Sempre confiaram nos governos constituidos, pois consideram que o diálogo é melhor que qualquer intransigência. Fica no ar, porém, até quando terão condições de manterem esta estabilidade, já que o setor passa por problemas quase que insolúveis e as providências para solucioná-los ainda não tomaram o ritmo que desejamos e esperamos. Os transportadores rodoviários de cargas continuam confiantes, mas pedem também um pouco mais de urgência nas suas reivindicações.

Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra à nobre Deputada Lúcia Viveiros.

A SRA. LÚCIA VIVEIROS (PDS — PA) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Dizia o filósofo que "Sou amigo de Platão, porém muito mais da verdade".

Para que não haja interpretação errada a respeito da inclusão do meu nome nas duas chapas concorrentes ao Diretório Nacional do PDS, tenho a declarar que:

Tendo sido a Deputada Federal mais votada no Pará e a quinta mais votada no Brasil (proporcionalmente), esperava que a Direção Nacional do Partido, através de um critério justo, em respeito ao povo do Pará mais do que à minha pessoa, me colasse, em pé de igualdade com as outras duas colegas, únicas mulheres Parlamentares, além de mim do PDS nacional, as quais estão fazendo parte da "Chapa Oficial do PDS" como Membro Efetivo do Diretório Nacional, enquanto eu apareço como Suplente, e nem tiveram a consideração de me comunicar.

Não por mim, mas pelo respeito que tenho pelo meu povo e pelo meu mandato, exijo que o Pará seja respeitado. Foi assim que autorizei deixando que o meu nome figurasse na "Chapa Participação", a qual não considero como "dissidente" mas como uma prova de afirmação e vitalidade de nosso Partido, coerente com o desejo de democratização do nosso Presidente, cujas mãos corajosas assinaram a Anistia que aí está. Pareceu-me, ainda, que o critério de escolha adotado pela "Chapa Participação" é muito justo, pelo menos o foi em relação ao respeito que o PDS deve ao meu Estado, o Pará.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hércilio Fortes.

O SR. HERACLITO FORTES (PMDB — PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Venho a esta tribuna simplesmente para registrar a ida, no próximo domingo, à Capital do meu Estado, Teresina, do Presidente do PMDB nacional, o Deputado Ulysses Guimarães. S. Ex.^a irá até aquela cidade para intensificar a campanha do nosso partido em prol das eleições diretas. Enquanto o PDS se digladiava entre as chapas Participação e a não participativa, o PMDB, em torno do nosso Presidente Ulysses Guimarães, o PMDB do Piauí, estará unido para recebê-lo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaríamos de, neste momento, registrar a nossa alegria e a nossa satisfação em receber, em Teresina, o Presidente Ulysses Guimarães e mais alguns integrantes da sua comitiva, possivelmente, inclusive o Deputado Roberto Cardoso Alves.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cardoso Alves.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB — SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Está ganhando, assim, foro de verdadeiro escárnio, a operação entre o Udinese e o nosso jogador Zico.

Ao que tudo indica, e ao que afirmam os diretores do Banco Central, entraram no País, com a venda desse jogador, quinze milhões de dólares, conhecidos. Mas, corre à boca pequena, em São Paulo, que dois outros senhores ligados pessoalmente ao jogador e que pertencem à mais alta sociedade de São Paulo — e que têm inclusive algumas repercussões políticas, porque são militantes — receberam, também, oitocentos mil dólares de comissão.

Esse dinheiro não passou pelos guichês oficiais do País. O Banco Central não sabe do seu paradeiro; intimou algumas pessoas e o próprio clube a que no prazo de 30 dias faça a sua contabilidade e ofereça esse dinheiro para a devida conversão em moeda brasileira.

O Sr. José Genoino — Deputado Cardoso Alves, até no futebol estão metendo a mão.

O SR. CARDOSO ALVES — Lembra o Deputado José Genoino que até no futebol estão metendo a mão.

Mas, o episódio apenas põe em relevo um fato da maior gravidade. Eu creio que o fisco não pode passar desapercebido nessas operações. Este é um País pobre, indígena mesmo, que se debate numa crise econômica sem precedentes e que tem grande parte da sua população marginalizada e grande parte da sua infância carente de assistência médica, de assistência pedagógica, e de participar mesmo no conforto, no bem-estar, na integração que a sociedade está no dever de garantir a todos os cidadãos.

Pois bem, Sr. Presidente, estou vendo que o País vai enveredar ainda por outras operações, no que diz respeito ao seu futebol. Quem sabe Elói, Tominho Cerezzo, Sócrates, venham a seguir o mesmo caminho, carreando para cá importâncias muito grandes?

Determinei à minha assessoria, e estou com ela fazendo estudos no sentido de apresentar um projeto de lei, regulamentando essa situação para que o jogador não ganhe mais do que o clube e para que o clube e o jogador não ganhem mais do que o País, deteriorando uma atividade muito formosa e apaixonante como é o futebol.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Lomba.

O SR. SÉRGIO LOMBA (PDT — RJ) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ocupo, hoje, a tribuna para registrar que:

“O Tribunal de Contas da União determinou ontem uma inspeção no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do MEC, a fim de serem apuradas irregularidades ocorridas na concessão de bolsas de estudo, denunciadas pelo Jornal do Brasil em reportagem publicada na edição do último dia 19, sob o título **Bolsas-fantasma deram ao País prejuízo de Cr\$ 4 bilhões**.

A reportagem denuncia a concessão irregular de 150 mil bolsas de estudo, nos últimos 18 meses, somente no Estado do Rio de Janeiro.”

O que gostaríamos de frisar, realmente, além da abertura da inspeção pelo Tribunal

de Contas da União, é que essas bolsas foram concedidas irregularmente a escolas que receberam autorização para funcionar, nos últimos doze meses antes da eleição de 15 de novembro passado.

Há de se ressaltar, no entanto, que esta autorização não é dada pelo Ministério da Educação e Cultura, é dada pela Secretaria Estadual de Educação. Foi dada pelo corrupto Governo Chaguista que, em função dos seus interesses eleitoreiros, autorizou o funcionamento de escolas sem a menor condição de receberem alunos, escolas com 3.000, 4.000 ou 5.000 bolsas de estudo, com uma sala de aula, ou duas salas de aula.

Na realidade, esta é mais uma face — esta denúncia feita pelo jornal — da corrupção Chaguista no Estado do Rio de Janeiro.

Esperamos nós que o Tribunal de Contas da União, apurando as denúncias da edição do dia 19 do Jornal do Brasil, possa abrir um inquérito criminal contra os responsáveis por tais desmandos e pelo desvio das verbas federais, no Estado do Rio de Janeiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Resolução n.º 1, de 1982-CN, que delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando a Secretaria Especial para Assuntos da Região Amazônica — SEARA.

O Sr. Haroldo Lima — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA (PMDB — BA) Pela ordem) — Sr. Presidente, levando em conta a evidência da falta de freqüência, eu pediria a V. Ex.^a que tomasse as medidas regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — É regimental o requerimento de V. Ex.^a Efectivamente, não existe 1/3 dos Srs. Deputados e 1/3 dos Srs. Senadores, em plenário.

Dada a inexistência de quorum regimental, declaro encerrada a Sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 30 minutos.)

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 77

Está circulando o nº 77 (janeiro/março de 1983) da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 430 páginas, contém as seguintes matérias:

HOMENAGEM

- Senador Argemiro de Figueirêdo

COLABORAÇÃO

- Momentos decisivos do constitucionalismo brasileiro — *Miguel Reale*
- El Estado de Derecho en las Américas — *Jorge Reinaldo Vanossi*
- Enfoque constitucional dos direitos humanos no Brasil e no mundo — *Paulo de Figueiredo*
- O esgotamento dos recursos internos em experimentos contemporâneos das Nações Unidas de proteção dos direitos humanos — *Antônio Augusto Cançado Trindade*
- A desapropriação e suas condições constitucionais — *Rubem Nogueira*
- O mandato imperativo partidário — *Luiz Navarro de Britto*
- Distrito Federal: pessoa jurídica e o exercício de suas funções administrativa, legislativa e judiciária — *Emmanuel Francisco Mendes Lyrio*

- Os ilícitos civis no Direito Internacional Privado inglês — *C.G.J. Morse*
- O “repúdio” das mulheres pelo marido no direito muçulmano, visto pelo STF — *Negi Calixto*
- A participação dos trabalhadores nos lucros das empresas — *Joaquim Lustosa Sobrinho*
- Eficácia de las sanciones penales frente a la delincuencia económica — *Antonio Beristain*
- O poder de polícia, o desenvolvimento e a segurança nacional — *Cotrim Neto*
- O poder de polícia e a prevenção do delito — *René Ariel Dotti*
- Permanência e reintegração dos condenados no convívio social — *Armida Bergamini Miotto*
- Plágio — *Antônio Chaves*

PUBLICAÇÕES

- Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF (70160)

Encomendas mediante vale postal ou cheque *visado* (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo reembolso postal.

Preço do nº 77 (430 páginas) — Cr\$ 1.000,00

**Assinatura para 1983
(Nºs 77 a 80) — Cr\$ 4.000,00**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(formato bolso)

(8^a edição)

Texto consolidado da Constituição do Brasil, de 24-1-67, com a redação dada pelo Emenda Constitucional nº 1, de 17-10-69, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais nºs 2/73 a 22/82.

121 notas explicativas, com as redações originais dos dispositivos alterados.

Minucioso índice temático.

Preço:

Cr\$ 400,00

390 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 75

Está circulando o nº 75 (julho/setembro de 1982) da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 384 páginas, contém as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

O contencioso internacional: análise comparativa das exceções de domínio reservado dos Estados e de não-esgotamento dos recursos de direito interno — **Antônio Augusto Cançado Trindade**.

Energía nuclear y no proliferación en América Latina: la constitución del sistema de Tlatelolco — **Pilar Armanet**.

Reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras — **José Guilherme Villela**.

“Transformação” e “crise” no Direito. Uma visão histórico-crítica — **Nelson Saldanha**.

A “doutrina” — fonte material e formal do Direito — **Nelson de Sousa Sampaio**.

Conteúdo e alcance da competência para editar normas gerais de Direito Tributário (art. 18, § 1º, do texto constitucional) — **Geraldo Ataliba**.

A posição do Município no Direito Constitucional federal brasileiro — **Raul Machado Horta**.

A autonomia municipal e o zoneamento industrial — **Gaspare Saraceno**.

Técnica jurídica e função criadora da jurisprudência — **A. Carlos Fonseca**.

A competência do “órgão especial” — **Arnoldo Wald**.

O recurso extraordinário e a arguição de relevância da questão federal — **Ana Maria Guelber Corrêa**.

O Tribunal de Contas, os limites da “res veredita” e o contencioso administrativo — **Marques Oliveira**.

Princípio da legalidade e desvio de poder no Direito Administrativo — **Therezinha Lucia Ferreira Cunha**.

A correção monetária nos tribunais — **Roberto Rosas**.

A correção monetária e a regulamentação da Lei nº 6.899, de 8-4-81 — **Semy Glanz**.

O crime no Anteprojeto de Código Penal de 1981 — **Everardo da Cunha Luna**.

Da combinação das penas no anteprojeto — **Licínio Leal Barbosa**.

A adoção de crianças brasileiras por estrangeiros não residentes no País — **Antônio Chaves**.

A questão agrária e a “estratégia” governamental — **Vilma Figueiredo**.

DOCUMENTAÇÃO

Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1982 — Histórico (tramitação legislativa).

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas.

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Preço do exemplar: Cr\$ 700,00

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 76

Está circulando o nº 76 da "Revista de Informação Legislativa", periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 380 páginas, contém as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

- A imunidade jurisdicional dos Estados — *Jacob Dolinger*
- Alguns aspectos das limitações ao direito de extraditar — *Luiz Alberto Araújo e Luiz Regis Prado*
- O direito penal internacional e a extradição na sistemática jurídica — *Therezinha Lúcia Ferreira Cunha*
- Aspectos da teoria geral do processo constitucional: teoria da separação de poderes e funções do Estado — *José Alfredo de Oliveira Baracho*
- O controle de constitucionalidade de leis municipais — *Fernanda Dias Menezes de Almeida*
- Perda de mandato por infidelidade partidária? — *Nelson de Sousa Sampaio*
- O Tribunal de Contas e o aperfeiçoamento do Estado de Direito — *A. B. Cotrim Neto*
- O Estado e suas empresas — *Hely Lopes Meirelles*

- Legislação tributária: fontes e conceito — *Carlos Valder do Nascimento*
- Usucapião de bens imóveis e jurisprudência do STF — *Fábio Maria de Mattia*
- O sistema de patentes: um instrumento para o progresso dos países em vias de desenvolvimento — *Nuno Tomaz Pires de Carvalho*
- A concorrência desleal e a confusão entre produtos — *Carlos Alberto Bittar*
- Direito de arena — *Antônio Chaves*
- Considerações a propósito das tentativas de elaboração de um Código de Execuções Penais — *Licínio Barbosa*
- Substituição processual — processo do trabalho — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*
- Iniciação ao estudo do precatório — *Vladimir Souza Carvalho*
- Deficientes: sua tutela jurídica — *Moacyr de Oliveira*

Preço do exemplar: Cr\$ 700,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Faça já a sua assinatura para 1983
(nºs 77 a 80) por Cr\$ 4.000,00

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF